

jornal da tarde

Publicado pela S.A. O ESTADO DE S. PAULO
Av. Engº Caetano Álvares, 55 - 856-2122 (PABX) - CEP 02598
São Paulo - SP - Caixa Postal 8005 - CEP 01051 SP - E. Telegráfico ESTAOO
Telex 011.23511 - Fax 265-2297



Fundado em 1875

JÚLIO MESQUITA
(1891 - 1927)

JÚLIO MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
(1927 - 1969)

Diretor Responsável

RUY MESQUITA

Diretores

Júlio de Mesquita Neto
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
Ruy Mesquita
César Tácito Lopes Costa
José M. Homem de Montes
Oliveiros S. Ferreira

Diretor de Unidade

Ruy Mesquita Filho
Diretor de Redação
Fernao L. Mesquita
Editor Chefe
Celso K. Nijó

Diretor Superintendente

Francisco Mesquita Neto
Diretor Comercial
Orlando Marques
Diretor Agência Estado
Rodrigo L. Mesquita

Ação subversiva

Envolvidos totalmente pela campanha eleitoral, um dado a mais a reforçar a proverbial displicência e irresponsabilidade que há muitos anos marcam as atividades (atividades?) do Congresso Nacional, deputados e senadores deixaram de votar, no tempo devido, o projeto de suplementação do Orçamento da União deste ano, de Cr\$ 2,54 trilhões. Com isso, eles estão provocando o que o consultor-geral da República, Célio Silva, já classifica como um verdadeiro estado de calamidade pública. E — o que é mais grave — estado de calamidade pública gerado por quem tem a responsabilidade de redigir as normas legais e zelar por seu cumprimento, o que constitui um gesto suicida. Enquanto nossos políticos não aprenderem que “chegar lá” é menos importante do que **saber o que fazer quando chegar lá**, continuarão merecendo o julgamento que a opinião pública faz deles e que é expresso em todas as pesquisas conhecidas, e nossa democracia continuará sendo pouco mais que uma palavra.

Sem o amparo legal do orçamento votado pelo Congresso, o Executivo, mesmo com dinheiro nos cofres do Tesouro, não pode autorizar novas despesas ou pagar compromissos já assumidos. É o que está acontecendo na esfera federal neste momento. Há recursos em caixa, mas o governo está quase parando por falta de dinheiro. As verbas legalmente autorizadas para o pagamento dos salários dos servidores da ativa, civis e militares, só dão para outubro. No dia cinco próximo, a Previdência Social não terá dinheiro para pagar aposentados e pensionistas. Vários projetos na área social e de infra-estrutura já estão sendo desativados. Correm riscos iminentes, por exemplo, o Programa do Leite e o programa, já insuficiente, de conservação de nossas mortíferas estradas.

Nem a área de ação e interesse direto dos congressistas ficou livre de problemas. No Legislativo o quadro não é muito melhor do que no governo federal. A Câmara já cortou os telefones e os gastos com correios dos deputados. Câmara e Senado vão suspender, a partir de outubro, a emissão de quatro passagens aéreas mensais a que cada parlamentar — inexplicavelmente, diga-se

de passagem — tem direito. (Essas duas providências, aliás, seriam muito saudáveis se o corte fosse permanente e não apenas temporário, ainda mais que o problema é consequência da falta de empenho no trabalho de deputados e senadores.) Mas voltemos à calamidade: estão atrasados os pagamentos das contas de luz e água e praticamente só há recursos no caixa do Congresso para cobrir a folha de salários de outubro dos parlamentares e dos funcionários das duas casas. A partir de 10 de outubro deverão ser suspensos os serviços de coleta de lixo. Até o sagrado cafezinho foi racionado! Para agravar ainda mais o cenário, o Judiciário, pelos mesmos motivos, também está ameaçado de um colapso.

Para resolver essa situação, até que os senhores congressistas se dignem a comparecer a seus locais de trabalho, o governo estuda baixar uma medida provisória, o que, desde já, leva alguns parlamentares a gritar que isso é inconstitucional. Inconstitucional ou não (essas discussões jurídicas são intermináveis), é um absurdo que o Executivo seja obrigado a recorrer a um expediente desses para definir como será distribuído o dinheiro dos impostos. A maior conquista dos regimes democráticos é o controle que a população deve exercer sobre como as autoridades gastam o dinheiro que ela lhes confia. E esse controle se faz por meio da votação e do acompanhamento do orçamento da União pelos representantes do povo — deputados e senadores.

É certo que a população, diante da ameaça de faltar dinheiro para distribuir leite, de ver os guichês dos bancos fechados para os aposentados e pensionistas, e de outras “calamidades” do gênero, será a primeira a apoiar — e até a exigir — que o governo aja e edite uma medida provisória para liberar o dinheiro retido. Mesmo que isso vá ferir a Constituição.

É esta a subversiva contribuição que os senhores parlamentares estão dando à democracia brasileira: forçar o povo a ser o agente da destruição do seu mais caro direito. Nem o mais poderoso exército de guerrilheiros conseguiria, com anos de ação eficiente, infligir um golpe tão mortal à democracia brasileira.